

A indústria brasileira em 2004 e as teses sobre a sustentabilidade da retomada do crescimento

Paulo Gonzaga M. de Carvalho*

Doutor pelo IE-UFRJ e Professor da Unesa
e da Pós-Graduação da ENCE-IBGE.

Carmem Aparecida Feijó**

PhD pelo Universtiy College London
e Professora da UFF.

Resumo

O objetivo deste trabalho é avaliar o desempenho da indústria em 2004, discutindo interpretações sobre a sustentabilidade do crescimento. Destaque é dado a argumentos que apontam o fraco dinamismo do mercado interno como evidência da não-sustentabilidade do crescimento e a argumentos que identificam o acelerado crescimento como uma ameaça à estabilidade de preços. Os desempenhos da produção industrial e da produtividade em 2004 são debatidos na parte final do texto.

Palavras-chave

Conjuntura industrial; produtividade industrial; crescimento industrial.

Abstract

The aim of this paper is to evaluate the performance of Brazilian industry in 2004, discussing different views about the sustainability of growth. Special attention is given to arguments that point out the weak performance of internal market as a threat to sustaining growth and arguments that identify the accelerated

*E-mail: pgmcarvalho@openlink.com.br

**E-mail: cfeijo@terra.com.br

growth as a threat to price stability. The performance of the industrial production and productivity in 2004 are presented in the final part of the text.

Artigo recebido em 14 mar. 2005.

1 - Introdução

O crescimento da produção industrial de 8,3% em 2004, conjugado com uma inflação que se situou dentro da meta estabelecida, pode marcar o início da retomada de um novo ciclo de crescimento econômico. A combinação desses dois indicadores surpreendeu a grande maioria dos analistas econômicos, uma vez que, em 2004, se registrou fato pouco comum na economia brasileira — crescer sem acelerar a elevação de preços. Até que ponto esse resultado marca o início de uma retomada sustentada do crescimento foi e ainda é o tema de debate no momento.

Ao longo de 2004, podemos identificar pelo menos duas linhas de argumentação em relação ao potencial de crescimento da indústria brasileira. De um lado, posiciona-se um grupo que entende a evolução da indústria e do PIB em 2004 como sendo um “vão da galinha”, ou seja, um mero surto de crescimento sem nenhuma sustentação. Seu principal argumento é a não-recuperação da demanda interna via massa salarial.¹ A diretoria do Banco Central, por outro lado, também viu com preocupação o incremento do lado real da economia ao longo de 2004, mas por motivos diferentes. O problema estava na oferta interna, pois os níveis de utilização da capacidade instalada eram muito elevados, aproximando-se o momento em que um gargalo na produção (fechamento do hiato do produto) geraria pressão sobre os preços.

Uma variável-chave a explicar o resultado de 8,3% de crescimento do PIB industrial foi o crescimento da produtividade, que, desde fins dos anos 90, se encontrava estagnada. O crescimento da produtividade foi acompanhado da recuperação nas horas pagas e no emprego, sinalizando que a indústria, mais do que ocupar capacidade ociosa, apresentou ganhos de eficiência e ampliou capacidade ao longo do ano passado. Nesse sentido, a discussão sobre a sustentabilidade do crescimento econômico deve levar em consideração o comportamento da produtividade, cabendo à política macroeconômica criar condi-

¹ Ver o **Manifesto dos Economistas** intitulado **E nada mudou** (Conselho Regional de Economia, 2004).

ções para que os componentes da demanda agregada possam evoluir de forma favorável e, assim, consolidar esse impulso inicial de crescimento.

Iniciaremos este texto discutindo argumentos sobre o desempenho da indústria em 2004 e, a seguir, apresentaremos a evolução da produtividade industrial em 2004, contrapondo padrões de comportamento nos últimos anos. Uma última seção resume nossos comentários.

2 - As teses sobre o crescimento da indústria e do PIB em 2004

Algumas das principais interpretações sobre as evoluções da indústria e da economia em 2004 serão discutidas a seguir.

Primeiro, **o crescimento em 2004 deveu-se, em boa medida, à base de comparação deprimida.**

A base de comparação deprimida (*carry over*), sem dúvida, ajudou, mas não foi determinante. Se a indústria permanecesse, durante todo o ano de 2004, com o mesmo nível de produção de dezembro de 2003, ela teria crescido apenas pelo efeito da base de comparação, e o incremento teria sido de apenas 3,7%.² Como a indústria teve um acréscimo de produção de 8,3%, mais da metade desse aumento deveu-se não à base de comparação, mas ao crescimento efetivo ao longo de 2004 (Gráfico1).

Segundo, **o crescimento concentrou-se nas áreas de exportação de bens de consumo duráveis, enquanto o setor de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, que depende da massa de salários, permaneceu estagnado ou em queda, dependendo do segmento industrial.**

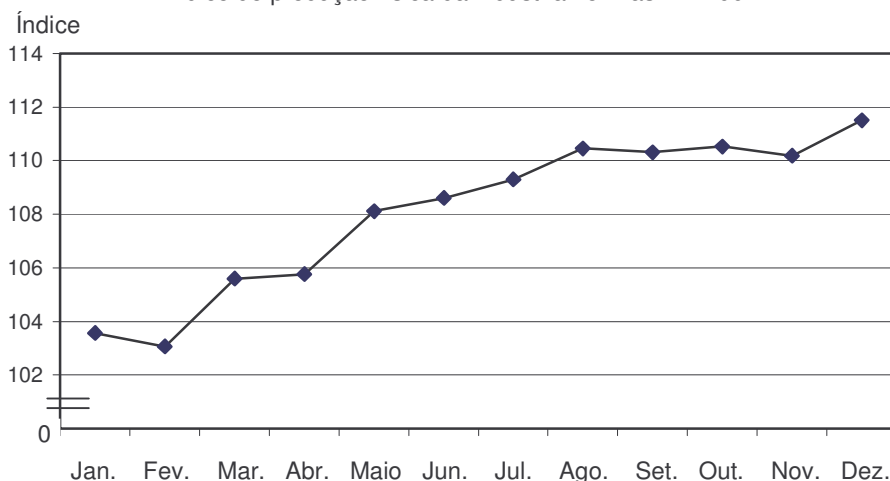
O crescimento, em 2004, foi liderado pelo setor de bens de consumo duráveis, que teve um incremento de 21,8%, seguido por bens de capital e por bens intermediários, com 19,7% e 7,4% respectivamente, ficando bens de consumo semiduráveis e não duráveis, como era esperado, com a menor taxa dentre as categorias de uso (4,0%). Em momentos de retomada, o processo é sempre liderado por duráveis e por bens de capital, que são setores de bens finais menores em tamanho e, por isso, mais “ágeis” frente às mudanças do ciclo econômico e também muito sensíveis à diminuição da taxa de juros (que, em 2004, foi, em média, menor do que a vigente em 2003). O emprego e, em espe-

² Segundo a série do produto industrial do IBGE com ajuste sazonal (base 2002 = 100), era 100 o nível médio de produção em 2004, e 103,7, o nível de dezembro de 2004.

cial, o salário e, conseqüentemente, o segmento de semiduráveis e não duráveis só se recuperam mais adiante. Essa lógica se manteve em todos os momentos de retomada do crescimento desde, pelo menos, os anos 80, e, em 2004, não foi diferente. Note-se que, no segundo semestre, os setores de semiduráveis e não duráveis, de forma nítida, retomaram o crescimento (Gráfico 2). Isso se deveu menos à elevação da massa salarial do que ao aumento da oferta de crédito³, em especial o crédito consignado (com desconto em folha).

Gráfico 1

Índice de produção física da indústria no Brasil — 2004



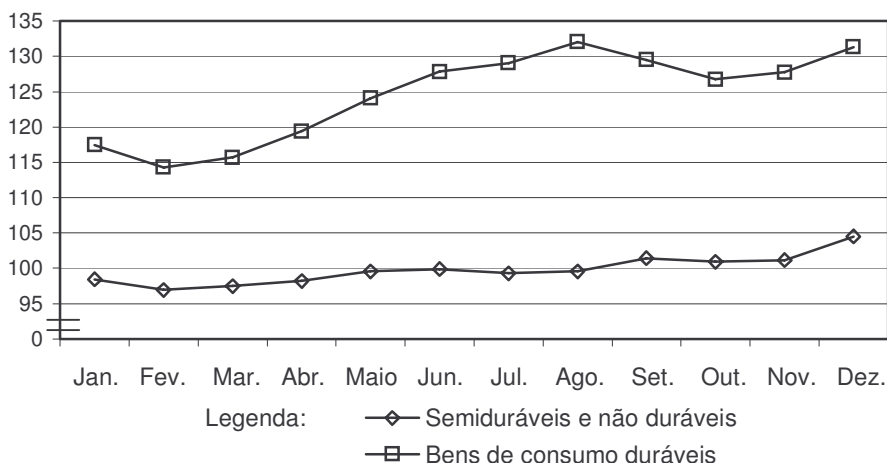
FONTES: IBGE. Banco de Dados SIDRA: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

NOTA: Índice de base fixa com ajuste sazonal 2002 = 100.

³ O saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para pessoas físicas teve um crescimento nominal de 22,2% em 2004, segundo fonte do Banco Central, citado em **Contas Nacionais Trimestrais** (2005).

Gráfico 2

Índice de produção física da indústria de bens de consumo duráveis, semiduráveis e não duráveis no Brasil — 2004



FONTE: IBGE. Banco de Dados SIDRA: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

NOTA: Índice de base fixa com ajuste sazonal 2002 = 100.

Cabe ressaltar ainda que a contribuição do mercado interno foi muito maior que a do mercado externo no crescimento do PIB da economia. Segundo o **Boletim de Conjuntura**, do IPEA, de março de 2005, decompondo-se a taxa de crescimento do PIB de 5,2%, a contribuição da demanda doméstica foi de 4,1 pontos percentuais, e a da demanda externa, 1,1 ponto percentual. As exportações, isoladamente, contribuíram com 2,9 pontos percentuais (e as importações, com -1,8 ponto percentual), que foi menos que a soma do consumo privado (2,4 pontos percentuais), do consumo do Governo (0,1 ponto percentual) e da formação bruta de capital fixo (1,9 ponto percentual) — a variação dos estoques impactou em -0,5 ponto percentual. Ademais, segundo as **Contas Nacionais**, as exportações de bens e serviços representavam, em 2004, 18,0% do PIB pela ótica da demanda final, contra 55,3% do consumo das famílias, 21,3% da formação bruta de capital fixo e 18,8% do Governo. Portanto, as exportações, embora tenham ganho importância, ainda são de menor peso na demanda final (excluindo as importações, que representam -13,3%).

Terceiro, **o crescimento foi muito baixo para ter impacto relevante sobre o nível de emprego.**

No ano passado, o PIB aumentou 5,2%, sendo essa a maior taxa anual desde 1994 (5,9%), portanto, o crescimento esteve muito longe de ser baixo. O nível de emprego, segundo a **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)** do IBGE, aumentou 3,2%, e a taxa de desemprego caiu de 12,3% em 2003 para 11,5% em 2004. Logo, houve impactos relevantes sobre o emprego.

Uma variante dessa tese aceita que o emprego cresceu, mas desqualifica esse crescimento, pois seria basicamente no mercado informal (empregados sem carteira assinada e conta-própria). É verdade que, em 2004, segundo a PME, o emprego dos sem-carteira do setor privado cresceu 5,2%, e o dos conta-própria, 4,7%, bem acima dos 3,0% do total dos ocupados.⁴ Mas esse é o comportamento esperado em momentos de retomada. Primeiro, cresce a ocupação de menor nível salarial e também menos qualificada. O motivo é que essa mão-de-obra pode, com facilidade, ser dispensada, se a recuperação não se sustentar, sem grande custo para a empresa. No segundo momento, quando o horizonte de crescimento está mais sólido, aumenta o emprego com carteira assinada, que é mais caro e qualificado. Ademais, o Setor Terciário, onde predominam os ocupados sem carteira e os conta-própria, por ser intensivo em emprego, tende a responder rapidamente à reversão do ciclo no que tange à geração de postos de trabalho.

O emprego na indústria, que é principalmente com carteira, move-se de forma mais defasada e lentamente. O assalariamento com carteira assinada, por sinal, aumentou 1,8% no ano passado, o que não é um resultado ruim, muito pelo contrário, pois, como sua base de comparação é mais elevada (em 2003, os assalariados do setor privado com carteira representavam 39,7% do pessoal ocupado total), essa variação representa, em números absolutos, uma geração de empregos pouco menor que a dos assalariados do setor privado sem carteira. Das três posições na ocupação aqui mencionadas, apenas os com-carteira têm acelerado, de forma mais nítida, seu ritmo de crescimento mensal, na comparação com igual mês do ano anterior, no segundo semestre, o que abre boas perspectivas para o emprego em 2005.

Note-se ainda que o aumento do emprego teve um efeito indireto importante para a sustentação do crescimento, que foi aumentar o nível de confiança do consumidor sobre os rumos da economia. Essa maior confiança foi fundamental

⁴ Ver PME, evolução dos principais indicadores na planilha disponível em www.ibge.gov.br (IBGE, 2004).

para a elevação do seu nível de endividamento, o que impulsionou o setor de bens duráveis.

Quarto, a renda do trabalho caiu novamente.

O rendimento médio real habitualmente recebido, medido pela PME do IBGE, em relação ao mês imediatamente anterior, *grosso modo*, cresceu ao longo do primeiro semestre, mas caiu no segundo semestre. No confronto com o ano anterior, tal rendimento registrou queda, mas muito pequena (-0,8%), e, desde setembro, essa variável apontou crescimento frente a igual mês do ano anterior (Gráfico 3). Como o emprego cresceu, a massa salarial elevou-se em 1,5%. Portanto, essa é a única das teses aqui analisadas que é verdadeira, mas deve ser relativizada, dada a evolução da massa salarial, das taxas anualizadas no segundo semestre, do rendimento das categorias mais organizadas, da inadimplência, da confiança do consumidor e das vendas do comércio.

Várias são as indicações de aumento de demanda. Segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sócio-Econômicos (DIEESE), as negociações salariais de 2004 foram as melhores para os trabalhadores desde 1996.⁵ Os dados da Associação Comercial de São Paulo mostram que, pela primeira vez em 37 anos, os registros cancelados no Sistema Central de Proteção ao Crédito (SCPC) foram superiores aos registros recebidos, em dezembro de 2004.⁶ O índice de confiança do consumidor (ICC) calculado pela FGV-RJ⁷ mostrou forte tendência de crescimento ao longo de 2004. Ademais, como já mencionado, as recuperações do emprego e, em especial, do rendimento são tradicionalmente defasadas em relação ao aumento da produção.

Mas deve-se levar em conta também que o baixo crescimento da renda, hoje, tem menos importância para a sustentabilidade do crescimento, pois, em 2004, ocorreram o que alguns analistas (Barros; Baer, 2004) julgam ter sido mudanças estruturais no comércio: expansão do crédito consignado (com desconto em folha) e crescente associação entre o varejo e o sistema financeiro. Essas mudanças, por diminuir o risco de inadimplência, acarretam menores taxas de juros para um conjunto maior de consumidores (por exemplo, aposentados). Esse movimento, aliado à maior confiança do consumidor quanto à expansão da economia, contribuiu decisivamente para a expansão do crédito,

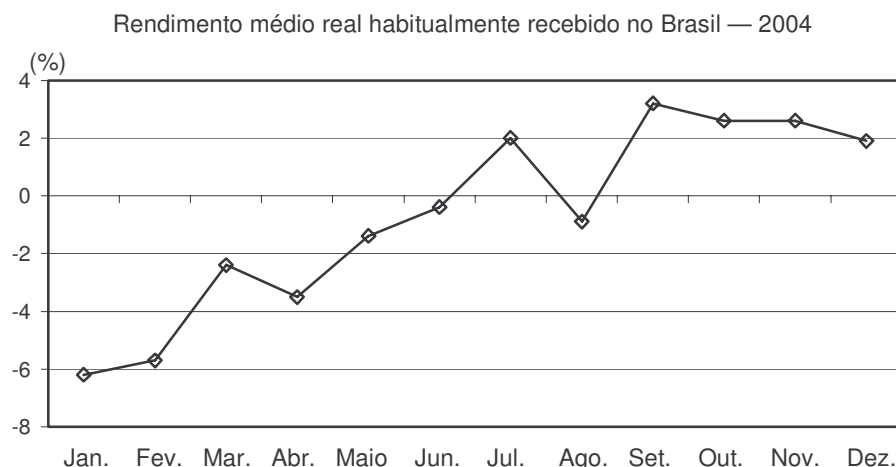
⁵ Ver REAJUSTES... (2004).

⁶ Ver MAIS pessoas... (2005).

⁷ O índice de confiança do consumidor objetiva medir o sentimento dos consumidores em relação às condições econômicas atuais e suas expectativas em relação à situação econômica futura do País (FGV, 2005).

apesar do aumento da taxa Selic no segundo semestre de 2004. Note-se que, em 2004, segundo a **Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)** do IBGE, pela primeira vez em quatro anos, houve crescimento do volume das vendas do comércio (9,3%), e esse incremento atingiu todos os segmentos, inclusive supermercados, embora o destaque tenha ficado com o setor de bens de consumo duráveis.

Gráfico 3



FONTE: IBGE. Banco de Dados SIDRA: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

NOTA: Base: mesmo mês do ano anterior = 100.

Em suma, analisar apenas a evolução do total de rendimentos é olhar somente para um dos determinantes da demanda de consumo das famílias.

Quinto, **o crescimento não reduziu a vulnerabilidade externa, que tende a se elevar com o aumento da dívida externa e da desnacionalização, com a queda das reservas e com a regressão do sistema nacional de inovações.**

Existem vários indicadores de vulnerabilidade externa, e os mais importantes apresentaram melhoras significativas em 2004. A dívida líquida do setor público consolidado em relação ao PIB caiu de 57,2% em dezembro de 2003

para 51,8% em dezembro de 2004.⁸ Houve também melhora no perfil da dívida mobiliária, com queda de participação de títulos cambiais e aumento da presença de títulos pré-fixados. Os saldos da balança comercial e em transações correntes, por exemplo, foram recorde; por conta disso, a relação dívida externa líquida/exportações reduziu-se continuamente durante o ano, passando de cerca de 2,5% em janeiro para algo próximo a 1,8% em novembro. O avanço das exportações brasileiras foi importante em termos tanto quantitativos (32,0% frente a 2003) quanto qualitativos. O aumento foi principalmente da quantidade exportada (19% contra 11% da elevação de preços) e deu-se com maior diversificação de mercados compradores e apesar da apreciação cambial. Alguns analistas inclusive especulam se já não estaria em curso uma mudança estrutural nas exportações brasileiras, que estariam se tornando menos dependentes de estímulos do câmbio (Hoff; Vianna, 2005).

O Risco-Brasil também caiu a partir de maio, passando de 800 pontos para cerca de 390 pontos no final do ano (EMBI+ do PJ Morgan)⁹, em parte, porque esse foi um movimento geral para quase todos os países e, em parte, devido aos bons resultados de nossa economia, em especial do setor externo.

Sexto, o PIB aumentou em 2004, mas esse crescimento é declinante e não sustentável, e o resultado do último trimestre do ano já mostrou uma reversão da trajetória ascendente.

É verdade que o PIB trimestral desacelerou seu ritmo de crescimento ao longo de 2004 — (confronto com o trimestre imediatamente anterior (série com ajuste sazonal) —, passando de 1,8% em jan.-mar. para 0,4% em out.-dez. O último trimestre assinalou ainda uma queda na formação bruta de capital fixo de 3,9%.

Essa desaceleração do crescimento ao longo do ano, no entanto, não se verificou em nenhum dos componentes do PIB, seja pela ótica da oferta, seja pela ótica da demanda. Assim, o resultado global é uma média de situações muito variadas. Por exemplo, a categoria de demanda exportação e o setor de atividade agropecuária aceleraram seu crescimento no último trimestre, frente ao anterior. O consumo das famílias registrou taxas crescentes até o terceiro trimestre, só desacelerando no final do ano. A desaceleração, portanto, não é um movimento generalizado, e nada indica que esse ritmo de evolução vá se

⁸ Ver **Boletim de Conjuntura** (2005), dados do Banco Central (Bacen). Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vários fatores contribuíram para a queda da relação dívida pública/PIB: superavit primário, crescimento da economia, apreciação do câmbio, redução da taxa de juros real e distanciamento entre a evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Índice Geral de Preços (IGP).

⁹ Ver **Boletim de Conjuntura** (2005) do IPEA.

sustentar em 2005. Mesmo porque a economia não cresce em “linha reta” ou seguindo fielmente uma curva exponencial. É natural que ocorram momentos de menor (ou nenhum) crescimento. Até uma queda não necessariamente representa uma mudança de tendência. No caso do consumo das famílias, pode ser que o crescente endividamento tenha ocasionado momentaneamente uma desaceleração no ritmo de compras. A formação bruta de capital fixo cresceu muito nos três primeiros trimestres do ano, em especial no terceiro trimestre (6,8%). Esse ritmo de crescimento intenso só é sustentável com “paradas para respirar”, como ocorreu no final do ano, para o que pode ter contribuído também o aumento da taxa de juros básica da economia. Em 2004, o aumento das taxas de juros não impediu nem o acréscimo do consumo das famílias, nem o do investimento — ambos influenciados, dentre outros fatores, pelas boas perspectivas de crescimento da economia. Em 2005, salvo algum grave acidente de percurso (como, por exemplo, uma grande elevação das taxas de juros), nada indica que esse quadro vá se alterar. Note-se ainda que o elevado nível de utilização da capacidade produtiva é um forte estímulo para o aumento do investimento, quando o grau de confiança é elevado. Ademais, apesar do tão falado menor dinamismo da economia internacional em 2005, neste início de ano as exportações brasileiras continuaram em níveis recordes.

Sétimo, o crescimento da indústria foi intenso, e, por isso, vários setores estão no limite de sua capacidade; portanto, a trajetória atual não é sustentável, devido aos gargalos da produção.

Em janeiro de 2005, era elevado o nível de utilização de capacidade instalada da indústria, segundo a **Sondagem Conjuntural da FGV**, mas apenas dois setores da indústria estavam no seu patamar máximo: mecânica e metalúrgica (Tabela 1). Portanto, o problema não é generalizado, mas, sim, localizado. Esses dois segmentos correspondem, na nova classificação do IBGE, de forma aproximada, aos setores de máquinas e equipamentos e metalúrgica básica.¹⁰ Nenhuma das duas indústrias estava, em janeiro de 2005, no seu nível máximo de produção. Máquinas e equipamentos apresentava o índice de 120,9 (índice de base fixa com ajuste sazonal, com série encadeada iniciada em 1991), enquanto seu patamar mais elevado foi 128,7 em agosto de 2004. Para a metalúrgica básica, o índice de janeiro de 2005 foi 108,64, e o máximo foi 111,68 em outubro de 2004. Portanto, há espaço para ambos crescerem, embora seja nítido que esses setores perderam dinamismo nos últimos meses, em especial a metalúrgica básica (Gráfico 4).

¹⁰ A FGV ainda utiliza a classificação de atividades antiga do IBGE, que não tem uma correspondência perfeita com os índices de produção física industrial divulgados pelo mesmo instituto, que se baseiam em nova classificação (CNAE).

Tabela 1

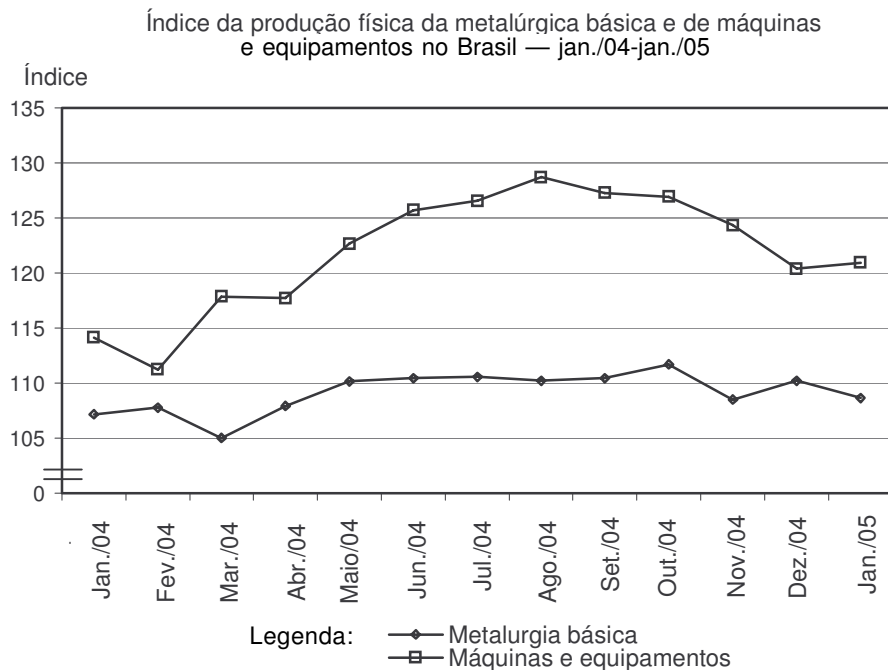
Série dessazonalizada do nível de utilização da capacidade instalada (NUCI)
da indústria de transformação no Brasil — 1980/2005

DISCRIMINAÇÃO	(%)			
	NUCI JAN/ /2005	MAIOR NUCI EM 1980-04 (1)	MÊS E ANO DO NUCI MAIS ELEVADO 1980-04	DIFERENÇA DO NUCI MÁXIMO DE 1980-04 E DE JAN/05
Indústria de transformação	84,6	85,3	Abr./95	0,7
Bens de consumo	77,1	87,6	Jan./95	10,5
Bens de capital	83,8	84,9	Jan./01	1,1
Material de construção	84,8	88,3	Abr./80	3,5
Bens intermediários	88,3	90,5	Jan./87	2,2
Mecânica	89,5	88,7	Out./04	-0,8
Metalúrgica	92,7	92,7	Out./96	0,0
Borracha	96,5	97,1	Out./04	0,6
Matérias plásticas	87,4	88,6	Out./86	1,2
Perfumaria	94,0	95,2	Out./04	1,3
Produtos alimentares	82,7	85,5	Out./03	2,7
Têxtil	88,4	91,9	Jan./86	3,4
Celulose, papel e papelão	91,1	95,6	Jan./95	4,5
Vestuário e calçados	84,3	89,9	Jan./87	5,6
Química	85,3	91,1	Abr./80	5,8
Madeira	87,2	94,8	Jan./01	7,6
Diversas	86,6	94,3	Jan./87	7,7
Minerais não-metálicos	82,4	90,9	Jan./81	8,5
Material elétrico e de comunica- ções	79,2	87,8	Jan./87	8,6
Mobiliário	79,3	88,1	Jul./86	8,9
Couros e peles	77,2	86,9	Abr./00	9,8
Bebidas	76,6	89,7	Jul./91	13,1
Material de transporte	74,0	91,7	Abr./95	17,7
Editorial e gráfica	71,9	90,0	Jul./95	18,1
Farmacêutica	61,3	88,9	Jan./98	27,6
Fumo	54,0	96,2	Out./88	42,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro, IPEA, n. 68, p. 10, mar. 2005.
SONDAGEM CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA DE TRANS-
FORMAÇÃO. Rio de Janeiro: FGV, v. 37, n. 154, 25 jan.
2005.

(1) A partir de 1980, exceto o dado mais recente.

Gráfico 4



FONTE: IBGE. Banco de Dados SIDRA: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

NOTA: Índice de base fixa com ajuste sazonal 2002 = 100.

Desse modo, o gargalo produtivo como limitador do crescimento é um problema em “potencial” mais do que um problema efetivo e perde importância à medida que avançam os investimentos. Por exemplo, segundo a **Sondagem Conjuntural da FGV**, é no setor de bens de capital, onde se situa o segmento de máquinas e equipamentos, que a previsão de expansão da capacidade em 2005 é maior, em média 9,0%¹¹. O gargalo como problema, de qualquer forma, tem que ser muito relativizado (daí o porquê das aspas na palavra potencial), pois, numa economia aberta, o que não se produz internamente pode ser importado. Divisas, pelo menos no momento, não são problema, dado o superávit em

¹¹ Ver **Boletim de Conjuntura** (2005) do IPEA.

transações correntes. No caso do aço e das *commodities* em geral, o preço do produto importado seria o mesmo (excluindo o frete), pois este é fixado pelo mercado internacional.

Em suma, os argumentos apresentados nos itens anteriores sinalizam uma interpretação mais otimista quanto à evolução do PIB e da produção industrial em 2004. Na seção a seguir, vamos discutir o desempenho da indústria à luz do comportamento da produtividade, variável importante para qualificarmos o comportamento da produção industrial no ano passado.

3 - Produtividade, emprego e jornada média, o que a atual década e o ano de 2004 trazem de novidade?

Conforme apontamos na **Introdução**, a produtividade industrial esteve estagnada desde fins dos anos 90. No Gráfico 5, registramos as taxas de crescimento do emprego, da produção física (PF) e da produtividade — produção física/pessoal ocupado (POP) —, utilizando as informações das pesquisas mensais do IBGE desde 1971.¹² Nosso objetivo é assinalar como o comportamento da evolução da produtividade nos anos 90 e na atual década diferem daquele das décadas anteriores. Na época do “milagre” econômico, o crescimento da produção ocorreu com expansão do emprego e da produtividade. A década de 80 foi caracterizada pela estagnação do crescimento da produção e da produtividade. Nos anos 90, a retomada do crescimento da produtividade claramente ocorreu através do ajuste do processo de produção, que provocou acentuada queda no emprego.

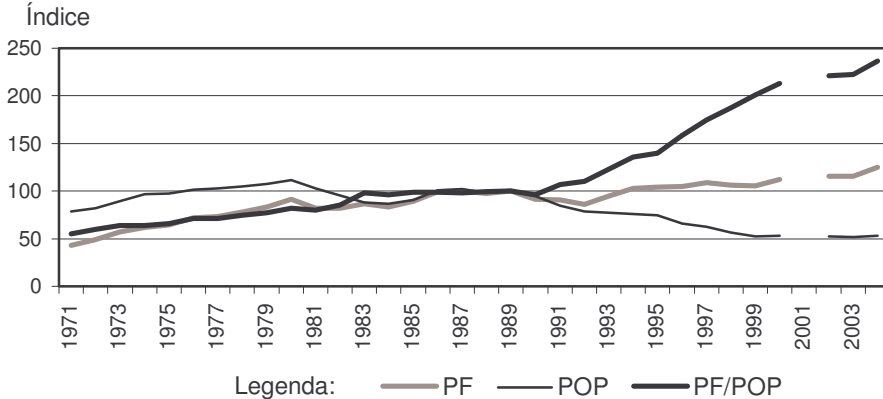
Considerando a década passada, o movimento da produtividade, grosso modo, pode ser dividido em duas fases: aceleração do crescimento de 1991 a 1996 e desaceleração de 1997 a 2000 (Gráfico 6).

Esse movimento é explicado principalmente pelo menor crescimento da produção física na segunda metade da década (Gráfico 7), quando terminou a fase de auge do Plano Real.

¹² Vale observar que, ao longo da série de indicadores, ocorreram várias revisões metodológicas. No entanto, esse é o registro mais longo que se tem para o acompanhamento da produção e do emprego industrial utilizando dados oficiais. A interrupção da série em 2001 ocorreu porque a antiga **Pesquisa Mensal de Emprego — dados gerais** (PIM-DG) foi interrompida e substituída pela nova **Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário** (PIMES).

Gráfico 5

Índice da produção, do emprego e da produtividade industrial no Brasil — 1971-04

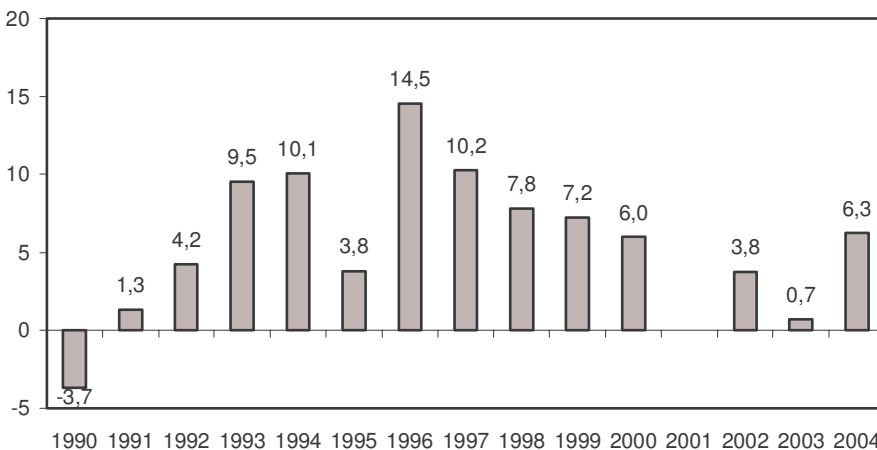


FONTE: IBGE. Banco de Dados SIDRA: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

NOTA: Base 1989 = 100.

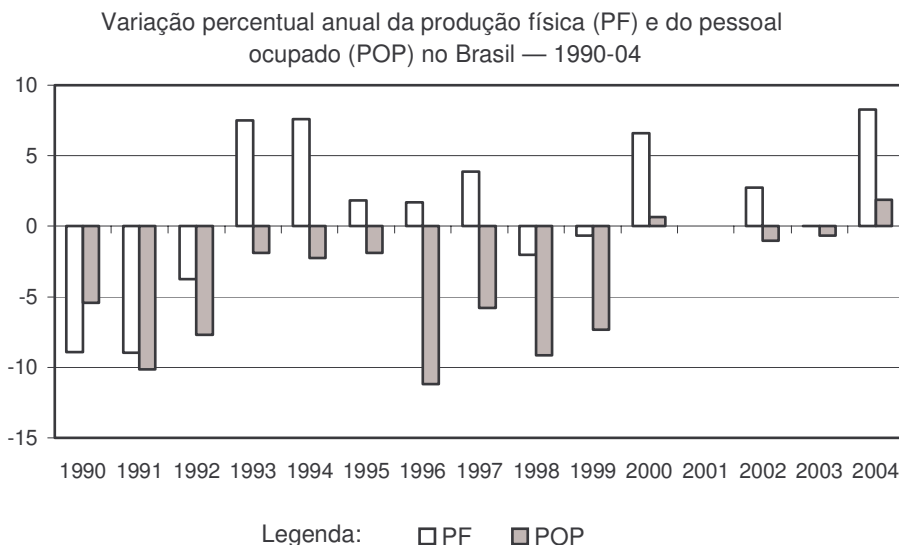
Gráfico 6

Variação percentual anual da produtividade industrial no Brasil — 1990-04



FONTE: IBGE. Banco de Dados SIDRA: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

Gráfico 7



FONTE: IBGE. Banco de Dados SIDRA: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

A atual década trouxe uma grande novidade: a pequena variação, negativa ou positiva, do emprego industrial (Tabela 2). Aparentemente, as empresas já ajustaram seus níveis de emprego, e, portanto, as oscilações dessa variável deverão ser menores a partir de agora. O ano de 2004 destacou-se por apresentar o maior crescimento do emprego (1,9%), da jornada média (0,3%) e da produção (8,3%) dos últimos 15 anos e também por registrar uma das poucas taxas positivas de emprego e jornada média nesse período (Gráfico 8).¹³

Em termos setoriais,¹⁴ os desempenhos da produção e da produtividade em 2004 apresentaram um comportamento distinto do observado nos últimos

¹³ Destacamos, na Tabela 2, apenas os dados comparáveis da PIM-PF e da PIMES, cuja série de indicadores se inicia em 2001.

¹⁴ Para a obtenção de índices setoriais de produtividade, foi feita uma compatibilização entre os setores presentes na PIM-PF e na PIMES do IBGE. Ver trabalho dos autores para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Feijó e Carvalho (2004).

anos. Na Tabela 3, apresentamos a evolução setorial da produtividade industrial, comparando as taxas de crescimento acumuladas da pesquisa mensal de produção física do IBGE (PIM-PF) com as de horas pagas (HP) (PIMES) em 2003 e 2004. Os setores foram ordenados conforme o crescimento da produtividade em 2004. Em todos eles, observou-se aumento na produção. O setor de maior crescimento da produtividade foi o de fabricação de meios de transporte, que também foi o de maior expansão da produção. De todos aqueles com taxa de crescimento acima da média da indústria de transformação, este foi o único a expandir também as horas pagas, comportamento inclusive observado em 2003. Os demais setores com expansão da produtividade acima da média da indústria de transformação decresceram o número de horas pagas (produtos de metal, têxtil, vestuário, fabricação de outros produtos e minerais não-metálicos). Em 2003, esse conjunto de setores apresentou taxa negativa de expansão da produção, sugerindo que a retomada do crescimento em 2004 ainda não significou aumento no emprego e nas horas pagas.

Tabela 2

Variação percentual das taxas acumuladas na indústria geral,
no Brasil — 2002-04

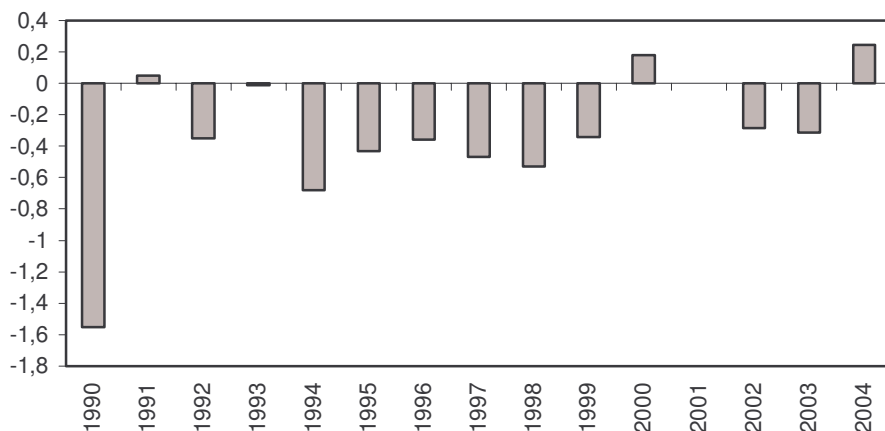
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004
Produção física	2,7	0	8,3
Pessoal ocupado	-1,0	-0,6	1,9
Horas pagas	-1,3	-0,9	2,2
Horas pagas/pessoal ocupado	-0,3	-0,3	0,3
Produtividade	4,1	1,0	6,0

FONTE: IBGE. **Banco de Dados SIDRA**: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br
Acesso em: mar. 2005.

Os demais setores com crescimento positivo da produtividade (em número de oito) apresentaram crescimento das horas pagas, com exceção de papel e gráfica. Em quatro atividades, a produtividade foi negativa, porém tanto a produção como as horas pagas foram positivas.

Gráfico 8

Variação percentual anual da jornada média da indústria
no Brasil —1990-04



FONTE: IBGE. Banco de Dados SIDRA: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

O setor de máquinas e equipamentos merece menção especial, pois vem apresentando taxas positivas de crescimento da produção e das horas pagas desde 2003, sendo expressivo o aumento dessas variáveis em 2004, resultando em crescimento positivo da produtividade. Comparando os resultados desse setor com os de fabricação de meios de transporte e com os de máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos — cuja produção, em grande parte, é destinada à formação de capital pelas empresas —, constatamos que a demanda de bens de capital tem apresentado comportamento bastante aquecido nos últimos meses. Esse é um indicador importante, que mostra que as empresas, diante de expectativas positivas quanto ao comportamento da demanda, têm ampliado sua capacidade de oferta, aumentando o nível de investimento, a despeito das altas taxas de juros praticadas no mercado financeiro.

O setor de metalurgia básica foi o que apresentou a maior queda na produtividade em 2004, resultado de um crescimento das horas pagas acima do da produção. Esse setor operou a taxas elevadas de ocupação de capacidade, conforme já observado na Tabela 1, e, portanto, de forma menos eficiente em 2004. Esse é o setor onde mais claramente se percebeu pressão de demanda sobre a capacidade de oferta.

Tabela 3

Variação percentual das taxas acumuladas da produção física (PF), das horas pagas (HP) e da produtividade (PF/HP), por setores de atividade, no Brasil — 2003 e 2004

SETORES E ATIVIDADES	2003			2004		
	PF	HP	PF/HP	PF	HP	PF/HP
Indústria de transformação	-0,2	-1,1	0,9	8,5	2,1	6,3
Fabricação de meios de transporte	5,1	1,6	3,5	26,6	9,6	15,5
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	-5,5	1,9	-7,2	10,0	-3,8	14,3
Têxtil	-4,5	-5,5	1,0	10,1	-0,7	10,9
Vestuário	-12,2	-5,4	-7,3	1,6	-8,0	10,4
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	-6,1	-9,5	3,8	8,4	-1,8	10,4
Minerais não-metálicos	-3,6	-4,5	0,9	4,8	-1,8	6,7
Madeira	5,3	-1,8	7,2	7,7	1,3	6,2
Papel e gráfica	3,3	-0,1	3,5	2,4	-3,6	6,2
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	0,5	-4,8	5,7	12,1	6,7	5,0
Produtos químicos	-0,2	-3,5	3,5	6,0	1,7	4,2
Borracha e plástico	-3,5	0,1	-3,5	7,8	4,6	3,0
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	5,6	5,2	0,5	18,2	15,0	2,8
Alimentos e bebidas	-2,0	2,6	-4,5	4,5	2,7	1,7
Calçados e couro	-9,7	-2,0	-7,8	2,3	1,4	0,9
Fumo	-6,4	2,9	-9,0	18,9	23,1	-3,4
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	-2,2	11,7	-12,4	2,3	7,6	-4,9
Metalurgia básica	6,0	0,5	5,4	3,3	10,1	-6,2
Indústrias extrativas	4,7	3,5	1,2	4,3	4,5	-0,2
INDÚSTRIA GERAL	0,0	-1,0	1,0	8,3	2,2	6,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IEDI.

IBGE. **Banco de Dados SIDRA**: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

Em suma, a recuperação da produtividade e do emprego observada para o total da indústria em 2004 demonstrou que a mesma respondeu positivamente aos estímulos da demanda agregada. O acréscimo da produtividade era esperado, dada a característica pró-cíclica dessa variável, mas a magnitude desse incremento não. Esse comportamento foi observado na maioria dos setores industriais. Contudo a recuperação das horas pagas ainda não se refletiu na totalidade dos setores, mostrando que ainda resta espaço para ocupação de capacidade em alguns casos.

Do ponto de vista regional (Tabela 4), todos os locais registraram aumento de produtividade em 2004. Esse movimento generalizado foi sustentado pela indústria paulista (9,8%), devido ao seu peso na indústria nacional e também pela sua expressiva taxa de incremento. Analisando o desempenho dos principais estados industrializados, verificamos que Rio de Janeiro (6,2%) e Rio Grande do Sul (6,1%) ficaram com marcas próximas à média nacional (6,0%), enquanto Minas Gerais (0,6%) apresentou um desempenho decepcionante, registrando o pior resultado dentre todos os locais pesquisados. No caso deste último estado, sua *performance* é explicada principalmente pelo incremento do emprego (4,4%) e das horas pagas (5,3%), que ficaram próximos ao acréscimo de produção (6,0%). Vale registrar ainda que apenas a indústria fluminense apontou queda do emprego (-2,4%) e das horas pagas (-3,5%).

Tabela 4

Variação percentual do acumulado de produtividade no Brasil
e em unidades da Federação — 2002-04

BRASIL E ESTADOS	2002	2003	2004
Brasil	4,1	1,0	6,0
Ceará	-0,9	-2,2	8,8
Pernambuco	-7,9	0,0	3,3
Bahia	1,8	0,3	6,9
Minas Gerais	1,1	2,8	0,6
Espírito Santo	10,8	11,8	4,9
Rio de Janeiro	18,6	3,9	6,2
São Paulo	3,1	0,9	9,8
Paraná	-3,2	2,2	6,9
Santa Catarina	-10,9	-5,8	8,2
Rio Grande do Sul	1,3	1,1	6,1

FONTE: IBGE. **Banco de Dados SIDRA**: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br
Acesso em: mar. 2005.

Em relação aos demais estados, Ceará (8,8%), Santa Catarina (8,2%), Paraná (6,9%) e Bahia (6,9%) destacaram-se, por apresentarem marcas acima da média nacional. As piores marcas ficaram com Espírito Santo (4,9%) e Pernambuco (3,3%).

Em resumo, o ano de 2004 marcou a retomada da produtividade da indústria como um todo com crescimento do emprego, fato que não se verificava desde fins dos anos 90. Esse resultado ocorreu na maioria dos setores industriais, confirmando que o crescimento da produção em 2004 foi além da ocupação de capacidade e implicou alguma expansão de capacidade produtiva. Esse é um fato novo, pois mostrou um padrão distinto de crescimento da produtividade daquele observado em anos recentes, que implicava corte de mão-de-obra. Os setores que apresentaram maiores taxas de crescimento da produtividade ainda registraram queda nas horas pagas (a exceção foi fabricação de meios de transporte), porém foi expressivo o número de setores com crescimento positivo de produção e horas pagas. Em nível regional, a retomada do crescimento da produtividade em São Paulo foi o destaque em 2004.

4 - Conclusões

A despeito das altas taxas de juros e da valorização cambial, a produção industrial, em 2004, apresentou taxa de expansão acima das previsões da maioria dos analistas econômicos. Além de inesperado, o resultado alcançado também deu margem a interpretações bastante divergentes. Enquanto alguns analistas assinalavam que o crescimento não representava uma retomada de crescimento, pois não se registrou recuperação do mercado interno, outros consideravam o crescimento uma ameaça à estabilidade de preços.

Destacamos, total ou parcialmente, na parte inicial deste texto, sete argumentos apresentados em diversas ocasiões sobre o potencial de sustentação do crescimento industrial. Em geral, a fraca recuperação da massa salarial e o elevado nível de utilização de capacidade seriam as principais ameaças à sustentação do crescimento. Discutimos essas interpretações com evidências estatísticas sobre o desempenho de variáveis relevantes.

Demos destaque especial à evolução da produtividade industrial. Pela leitura dos dados das pesquisas conjunturais da indústria, observamos que, em 2004, o acréscimo na produtividade foi o maior dos últimos três anos. Em termos setoriais, 14 segmentos (de um total de 18) registraram crescimento positivo da produtividade. Em relação aos estados cobertos pelas pesquisas conjunturais do IBGE, todos apresentaram elevação da produtividade. Além dis-

so, a recuperação da produtividade industrial foi acompanhada também da recuperação do emprego e das horas pagas, no geral.

O crescimento da produtividade com crescimento da produção industrial superior ao das horas pagas indicou que o setor industrial se tornou mais eficiente, e foi esse resultado que permitiu que a economia crescesse sem ameaçar a estabilidade de preços. Podemos dizer que os empresários, frente a uma perspectiva de aumento da demanda, tanto interna quanto externa, ampliaram seu potencial de produção, realizando alguns investimentos, além de aumentarem a utilização dos recursos disponíveis, a despeito das elevadas taxas de juros e da valorização cambial.

Esse raciocínio merece uma qualificação importante do ponto de vista da sustentabilidade do crescimento da produção industrial e da produtividade. O que irá garantir essa sustentabilidade é a contínua introdução de inovações e o progresso técnico, processos que implicam comprometimento de recursos financeiros por longos períodos de tempo. Nesse sentido, elevadas taxas de juros atuam como um elemento a inibir tais iniciativas, comprometendo, assim, o crescimento da produtividade e a competitividade a longo prazo. A retomada do crescimento da produção e da produtividade em 2004 devem ser considerados como uma primeira reação da estrutura produtiva a um fortalecimento da demanda agregada, mas que, para se consolidar em um novo ciclo de crescimento, precisa direcionar-se mais claramente para o crescimento do investimento em projetos de longa duração.

Através da análise setorial, não observamos que as indústrias estejam, no geral, operando no limite de sua capacidade (exceção para o setor de metalurgia básica), pois parte do aumento da produtividade ainda se deu com retração nas horas pagas. Esse fato é um sinal de que a expansão da produtividade com crescimento da produção ocorreu com algum ajuste no processo de produção e não somente pelo uso exaustivo dos recursos produtivos. Ou seja, o que destacamos ao longo deste texto é que a indústria respondeu a uma demanda crescente com capacidade de oferta, de forma generalizada, sem pressão sobre o uso dos recursos produtivos.

Referências

BARROS, M. C.; BAER, M. O que o crédito ao consumidor pode significar para 2005? **Folha de São Paulo**, 29 dez. 2004.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro, IPEA, n. 68, mar. 2005.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA. **Manifesto dos economistas**. Rio de Janeiro: CORECON, 2004. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br> Acesso em: 13 mar. 2005.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes 4. trim. 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

FEIJÓ, C.; CARVALHO, P. **Produtividade do trabalho na indústria: evolução recente**. São Paulo: IEDI, 2004. Disponível em: www.iedi.org.br/admin/pdf/200405-produt.pdf

FGV. **Índice de Confiança do Consumidor**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HOFF, C.; VIANNA, N. Setor externo. **Economia e Conjuntura**, Rio de Janeiro, IE/URFJ, v. 5, n. 61, p. 39-43, fev./mar. 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br>

IBGE. **Banco de Dados SIDRA**: séries históricas da PIM-DG, PIMES, PIM-PF e PME. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2005.

IEDI. Estudo sobre produtividade industrial. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mar. 2005.

MAIS pessoas limpam o nome em SP. **Folha de São Paulo**, 5 jan. 2005.

REAJUSTES salariais de 2004 são os melhores desde 1996. **Folha de São Paulo**, 31 mar. 2005.